

PROJETO DE LEI N.º 4.819, DE 2024

(Do Sr. Max Lemos)

Estabelece incentivos para a mobilidade urbana sustentável por meio de subsídios e financiamentos destinados à ampliação de ciclovias, transporte público elétrico e sistemas de caronas compartilhadas, e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE VIAÇÃO E TRANSPORTES; DESENVOLVIMENTO URBANO; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº ____, DE 2024

(Do Senhor Dep. Max Lemos)

Estabelece incentivos para a mobilidade urbana sustentável por meio de subsídios e financiamentos destinados à ampliação de ciclovias, transporte público elétrico e sistemas de caronas compartilhadas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui mecanismos de incentivo à mobilidade urbana sustentável, promovendo a redução de emissões de gases de efeito estufa e a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras.

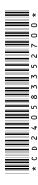
Art. 2º Os incentivos abrangem:

- I Subsídios e Financiamentos:
- a) Subsídios para a ampliação e manutenção de ciclovias e ciclofaixas;
- b) Linhas de crédito com juros reduzidos para aquisição de frotas de transporte público elétrico;
- c) Financiamentos para plataformas de caronas compartilhadas, com foco em soluções tecnológicas inovadoras.

II - Incentivos Fiscais:

- a) Isenção de impostos sobre a importação e produção de bicicletas, patinetes elétricos e componentes para sistemas de transporte elétrico;
- b) Redução de alíquotas de impostos para empresas que implementarem iniciativas de mobilidade sustentável.
- Art. 3º Os recursos destinados aos incentivos desta lei serão provenientes de:
- I Orçamento Geral da União;
- II Fundos voltados à preservação ambiental e à mobilidade urbana;
- III Parcerias público-privadas e contribuições internacionais.





- Art. 4º O Poder Executivo será responsável por:
- I Regulamentar as condições de acesso aos subsídios e financiamentos;
- II Estimular a integração entre diferentes modalidades de transporte sustentável;
- III Monitorar e avaliar os impactos das medidas previstas nesta lei.
- Art. 5º As medidas previstas nesta lei priorizarão:
- I Regiões metropolitanas com alta concentração populacional e níveis críticos de poluição;
- II Projetos que incentivem o transporte coletivo e alternativo em detrimento do transporte individual motorizado;
- III Iniciativas que contemplem a inclusão social e a acessibilidade para pessoas com deficiência.
- Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação:

A mobilidade urbana é um dos maiores desafios enfrentados pelas cidades brasileiras, com impactos diretos na qualidade de vida da população e no meio ambiente. Este projeto de lei busca promover soluções sustentáveis, como a ampliação de ciclovias, o incentivo ao transporte público elétrico e o apoio a sistemas de caronas compartilhadas. A adoção dessas medidas contribuirá para a redução das emissões de carbono, a diminuição do tráfego urbano e a melhoria da saúde pública, alinhando-se aos compromissos do Brasil com a sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2024.

Deputado Max Lemos PDT/RJ





FIM DO DOCUMENTO